31/12/2015



VIVA RIO

CNPJ/MF nº 00.343.941/0001-28

	BALANÇO		M 31 DE DEZEMBRO DE 201
Adica	24/42/2046		Reais
Ativo Circulante	31/12/2016	31/12/2015	Passivo
	0.40, 0.07, 0.0	477.000.05	Circulante
Caixa e bancos	346.367,90	177.620,25	Contas a pagar
Aplicações financeiras	47.368.938,86	108.766.681,54	Obrigações trabalhistas
Empréstimos e adiantamentos	68.357,00	1.618.146,48	Obrigações fiscais
Contas a receber	134.974.325,98	71.327.597,98	Provisões
Direitos a Faturar			Emprestimos a Pagar
Impostos a Recuperar	407.776,47	407.776,47	Total do Circulante
Desp. Antec/Outros Créditos			Não Circulante
Estoque p/Consumo	5.209.329,79	4.040.413,38	Arrendamento Mercantil
Total do Ativo Circulante	188.375.096,00	186.338.236,10	Total do Não Circulante
Investimentos			Patrimônio líquido
Investimentos	37.142,00	37.142,00	Resultado acumulado
Total dos Investimentos	37.142,00	37.142,00	Ajuste Exercício Anterior
Imobilizado			Resultado do Exercicio
Imobilizado	1.460.512,36	1.261.013,10	Total do Patrimônio Líqu
(-) Depreciação	(1.065.326,60)	(921.618,89)	Total do Passivo
Total do Imobilizado	395.185,76	339.394,21	Compensação
Total do Ativo	188.807.423,76	186.714.772,31	Transações Interfiliais
DEMONSTRAC	ÃO CONSOLIDADA		Total da conta de compe
			Total de Dessive

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Em reais			
Descrição	Resultado Acumulado	Total	
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	32.420.526,70	32.420.526,70	
Ajustes do Exercício Anterior	44.628.874,85	44.628.874,85	
Resultado do exercício	11.952.358,99	11.952.358,99	
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	89.001.760,54	89.001.760,54	
Resultado do exercício	165.625,92	165.625,92	
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	89.167.386,46	89.167.386,46	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Nota Explicativa 01. Contexto Operacional: O Viva Rio é uma associação de fins não econômicos, filantrópica, de caráter assistencial, social, cultural e ambiental, com o objetivo de valorizar positivamente a imagem do Rio de Janeiro e do País interna e externamente. Isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações seja de raça, credor eligioso, cor ou política, quer em suas atividades e objetivos sociais, seja entre os componentes de seu quadro associativo. A instituição é reconhecida como entidade filantrópica mediante Certificação do Serviço Público Federal.

Nota Explicativa 02. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstra-

cões contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

Nota Explicativa 03. Principais Práticas Contábeis: • Caixa e equivalentes de caixa. Na disponibilidade de Caixa, registram os recursos de liquidez imediata, e recurso disponível para realização dos convênios e demais projetos. Na disponibilidade de Aplicações Financeiras, estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência; • Estoques. Avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o preço de mercado. O custo dos estoques está baseado nos princípios do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. • Imobilizado. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição. deduzido de depreciação acumulada, calculado pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. Itens do ativo são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Contudo está em processo de saneamento em 2017 e implementação de automação do controle físico

contábil via ERP de gestão Nota Explicativa 04. Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber geral		
Unidades	A receber em 2016	A receber em 2015
CAP 2.1	R\$4.965.838,08	R\$1.303.073,19
CAP 3.1	R\$13.610.259,24	R\$3.835.426,16
CAP 3.3	R\$14.091.266,62	R\$3.209.125,58
UPA Alemão	R\$575.253,51	R\$185.335,14
UPA Rocinha	R\$582.848,64	R\$185.335,14
HMRG - Antigo	R\$670.134,46	R\$0,00
HMRG	R\$1.101.139,66	R\$0,00
UPA Maré	R\$12.694.806,79	R\$7.014.487,66
UPA Ilha do Governador	R\$6.174.537,89	R\$5.674.537,90
UPA Irajá	R\$4.861.425,48	R\$3.196.084,20
UPA Penha	R\$15.890.548,75	R\$12.573.882,09
UPA Engenho Novo	R\$16.682.557,36	R\$12.665.890,69
UPA SEAP	R\$15.207.668,78	R\$10.240.836,94
Saúde Mental	R\$6.251.126,02	R\$6.480.230,41
Paraty	R\$8.721.481,59	R\$0,00
INEA	R\$584.410,09	R\$1.157.427,41
Fundação Bio Rio	R\$1.738.499,29	R\$2.000.000,00
Outros	R\$10.570.523,73	R\$1.605.925,47
Total	R\$134.974.325.98	R\$71.327.597.98

Total R\$134.974.325,98 R\$71.327.597,98 **Nota Explicativa 05.** Contas a Pagar: Os demonstrativos hora apresentados não possuem comparativos porque estão sendo incluídos a partir desse exercício

fornecedor - GERAL

Unidade	A Pagar
CAP 2.1	R\$4.831,69
CAP 3.3	R\$77.969,05
UPA Rocinha	R\$18.646,74
UPA Maré	R\$879.823,39
UPA Ilha do Governador	R\$1.059.691,26
UPA Irajá	R\$1.104.169,51
UPA Penha	R\$1.197.192,82
UPA Engenho Novo	R\$928.822,15
UPA SEAP	R\$19.745,76
Outros	R\$1.076.460,10
Total	R\$6.367.352,47

M 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Reais		
Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Contas a pagar	19.839.878,97	8.472.898,83
Obrigações trabalhistas	28.301.400,39	24.184.000,29
Obrigações fiscais	766.291,84	1.130.166,87
Provisões	46.060.880,69	63.044.838,11
Emprestimos a Pagar	2.639.291,51	881.107,67
Total do Circulante	97.607.743,40	97.713.011,77
Não Circulante		
Arrendamento Mercantil	45.379,42	0,00
Total do Não Circulante	45.379,42	0,00
Patrimônio líquido		
Resultado acumulado	89.001.760,54	32.420.526,70
Ajuste Exercício Anterior		44.628.874,85
Resultado do Exercicio	165.625,92	11.952.358,99
Total do Patrimônio Líquido	89.167.386,46	89.001.760,54
Total do Passivo	186.820.509,28	186.714.772,31
Compensação		
Transações Interfiliais	1.986.914,48	
Total da conta de compensação	1.986.914,48	0,00
Total do Passivo	188.807.423,76	186.714.772,31

Serviços Prestados - Geral	
Unidade	A Pagar
CAP 2.1	R\$243.472,30
CAP 3.1	R\$2.153.686,70
CAP 3.3	R\$494.126,07
UPA Rocinha	R\$24.624,00
HMRG	R\$1.132.849,32
UPA Maré	R\$1.761.907,83
UPA Ilha do Governador	R\$1.594.093,59
UPA Irajá	R\$1.685.033,40
UPA Penha	R\$1.819.511,75
UPA Engenho Novo	R\$1.711.237,45
UPA SEAP	R\$724.387,88
Outros	R\$127.596,21
Total	R\$13.472.526,50
	_

Nota Explicativa 06. Impostos a Recuperar: Representados pelos valores dos impostos IRRF sobre salários pagos em excesso R\$407.776,47 (Quatrocentos e Sete Mil Setecentos e Setenta e Seis Reais e Quarenta e Sete Centavos) e serão compensados em Impostos RFB futuros através dos processos realizados no dia 02/09/15 sendo eles: 33.80.73.59.82, 16.65.66.89.72, 24.71.21.68.40, 21.59.45.01.40 e 15.10.64.31.60

Nota Explicativa 07. Obrigações Trabalhistas. Os valores representados na rubrica "Obrigações Trabalhistas" que apresenta os saldos comparativos em 2015 de R\$24.184.000,29 e em 2016 de R\$28.301.400,39, além dos salários a pagar dos colaboradores, incluem também os repasses para as associações de classe, instituições financeiras (empréstimos consignados na folha) INSS (Colaboradores) EGTS PIS e IRRF. Vale evidenciar que a folha é calculada respeitando o Princípio da Competência e as legislações vigentes

Nota Explicativa 08. Obrigações Fiscais. Na rubrica "Obrigações Fiscais", que apresenta os saldos comparativos em 2015 de R\$1.130.166,87 e em 2016 de R\$766.291,84, estão registradas as retenções de impostos referentes aos serviços prestados por nossos fornecedores.

Nota Explicativa 09. Provisões. O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de Férias, Aviso Prévio e Multa FGTS a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Nota Explicativa 10. <u>Isenções e Imunidades Tributárias</u>. O Viva Rio goza de imunidade tributária nos termos dos artigos 150 (impostos) e 195 (contribuições) da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública federal e possui ainda os seguintes certificados emitidos por órgãos governamentais: (a) certificado de inscrição no Conselho Estadual de Assistência Social; (b) certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde; Com relação à tributação, ressalta-se: Impostos: (a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): a Entidade é imune ao recolhimento de IRPJ, nos termos do artigo 150 da Constituição Federal. (b) Imposto de Renda Retido Na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre repreferentes de aplicações financeiras financeiras financeiras sobre repreferentes de aplicações financeiras fi incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros: como previsto na legislação fiscal vigente, a Entidade tem enviado re-gularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras. (c) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). A Entidade é reconhecida como de Utilidade Pública Municipal. <u>Contribuições</u>: (a) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Entidade não efetua o recolhimento da CSLL, pelo fato de entender e estar enquadrada no artigo 15 da Lei 9.532/97. (b) Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (CO-FINS). A Entidade usufrui da isenção Contribuição Patronal ao INSS e da COFINS, por possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). (c) Programa de Integração Social (PIS). A entidade efetua o recolhimento da referi da contribuição à alíquota de 1% sobre o montante total de sua folha de salários. (d A isenção usufruída pela entidade com a cota INSS Patronal soma no ano de 2015 um total de R\$50.345.338.89.

Notas Explicativas 11. Seguros Contratados. O Viva Rio possui Seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros por valores considerados suficientes para cobertura

Nota Explicativa 12. Programa de Inclusão Social para PCD. O projeto Viva Rio Inclusão visa atender uma parcela significativa da população que se situa como portador de deficiência, incluindo deficiências físicas, visuais, auditivas ou mentais. O programa é dividido em cinco eixos operacionais: a) Qualificação para o mercado de trabalho; b) Estudos de avaliação e atendimento para pessoas com deficiência no programa estratégia da Saúde da Familia no município do Rio de Janeiro; c) Debate e sensibilização sobre o tema da inclusão de pessoas com deficiência; d) Promoção de redes intersetorial sobre o mesmo tema; e) Ação voltada a ressocialização de crianças e adolescentes RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
EM 31 DE DEZEMBRO D				
Receitas	31/12/2016	31/12/2015		
Programa Atividade Educação	14.284.519,30	9.425.914,71		
Programa Atividade Educ. Internac.		587.070,00		
Programa Atividade Meio Ambiente	4.051.917,49	4.341.841,59		
Programa Atividade Saúde	658.247.677,77	505.545.218,42		
Doações		50.769,45		
Programa de Segurança	870.980,57			
Outras Receitas	226.968,91	59.253,68		
Total das Receitas	677.682.064,04	520.010.067,85		
Despesas				
Programa Atividade Educação	11.305.845,33	8.022.940,37		
Programado Atividade Educ. Internac.		562.523,21		
Programa Atividade Meio Ambiente	2.665.035,44	4.014.167,87		
Programa Atividade Saúde	669.077.821,92	498.653.848,00		
Programa de Segurança	829.505,30			
Outros Programas				
Total Custo dos Projetos	683.878.207,99	511.253.479,45		
Despesas operacionais				
Desp, Operacionais Administrativa	5.348.126,64	4.088.448,51		
Total Desp. Oper.Adm	5.348.126,64	4.088.448,51		
Resultado Financeiro	11.709.896,51	7.284.219,10		
Superávit/Déficit do período	165.625,92	11.952.358,99		
DESMONSTRAÇÃO CONSOLIDADO DOS ELLIVOS DE CALVA				
DESMONSTRAÇÃO CONSOLIDA	DESMONSTRAÇÃO CONSOLIDADO DOS FLUXOS DE CAIXA			

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - Em reais

Atividades Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Exercício Anterior		44.628.874,85
Defícit /Supervit do Exercício	165.625,92	11.952.358,99
Depreciação	143.707,71	
Doprociação	309.333,63	56.581.233,84
Aumanta nas asutas da ativa	309.333,03	30.361.233,64
Aumento nas contas de ativo	(00.040.700.00)	(00 450 550 57)
Contas a receber	(63.646.728,00)	(36.156.550,57)
Empréstimos e adiantamentos	-	-
Impostos a Recuperar	-	-
Outros Créditos	-	-
Estoques	(1.168.916,41)	-
Atividade no Imobilizado	(199.499,26)	-
	(65.015.143,67)	(36.156.550,57)
Diminuição nas contas de Ativo	(00.0.0)	(0000.000,0)
Contas a receber		
Estoques	-	338.384,95
	4 5 40 700 40	
Empréstimos e adiantamentos	1.549.789,48	226.130,91
Outros Créditos	-	48.765,08
Direitos a Faturar	-	-
Atividade no Imobilizado		16.391,99
	1.549.789,48	629.672,93
Aumento nas contas do Passivo		
Empréstimos a pagar	1.758.183.84	579.332,29
Contas a pagar	11.366.980,14	3.456.340,18
Obrigações trabalhistas	4.117.400,10	3.427.155,24
	4.117.400,10	
Obrigações fiscais		1.130.166,87
Convênio/Contratos a Apropriar		-
Outras Obrigações	2.032.293,90	-
Provisões		35.447.367,49
	19.274.857,98	44.040.362,07
Diminuição nas contas de Passivo		
Empréstimos a pagar		
Contas a pagar		
Obrigações Trabalhista		
Obrigações Fiscais	(363.875,03)	
Provisões		
	(16.983.957,42)	-
Convenios/Contratos a Apropriar		
Adiantamento Convênios	-	-
Outras Obrigações		(26.058.391,96)
	(17.347.832,45)	(26.058.391,96)
Caixa líquido consumido nas atividades		
operacionais	(61.228.995,03)	39.036.326,31
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Caixa líquido consumido nas atividades		
de investimentos		
Diminuição Líquida das Disponibilidades		
Saldo de caixa mais equivalente a caixa em 31/12/15	400 044 204 70	60 007 075 40
	108.944.301,79	69.907.975,48
Saldo de caixa mais equivalente a caixa		
em 31/12/16	47.715.306,76	108.944.301,79

com deficiência com base na metodologia de Brinquedotecas Comunitárias. Projeto Jovem Aprendiz. O Jovem Aprendiz promove a qualificação profissional e cidadão de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de incentivar a continuidade dos seus estudos. Por meio de parcerias com diferentes empresas, contribui para a inclusão social, o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Para prestar esses serviços com excelência, o projeto possui os seguintes objetivos: a) Preparação dos escolhidos para o mercado de trabalho; b) Proporcionar a primeira experiência in company no jovem; c) Monitorar e apoiar o crescimento profis

(61.228.995,03) 39.036.326,31

Rubem Cesar Fernandes - Diretor Executivo - CPF 869.351.278-15 João Pereira de Vasconcelos Jr. - Contador - CRC-RJ 087364/O-7

Ilmo, Senhores Diretores e Associados do Viva Rio.

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DC". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC e cumprimos com as demais responabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa oninião

Outros assuntos. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins compara tivos foram examinados por outros auditores que não apresentaram qualquer modificação de opinião no parecer datado de 14 de

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis. A Administração é responsável pela elaboração e responsabilidades da administração pelas delimistrações contabeis. A Administração e responsaver pela elaboração e adequada a adequada a presentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Viva Rio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha ernativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as Opinião com ressalva. Examinamos as demonstrações contábeis do Viva Rio que compreende o balanço patrimonial encerrado eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes eventuais distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes. explicativas. Ressalvamos o ativo imobilizado por não manterem um controle individualizado valorizado para confirmar o contábil brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditocomo também a sua não depreciação, sem considerar a expectativa de vida útil dos bens. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos Viva Rio em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nosas opinião. O actor de distorção de seu patrimônio líquido e os fluxos de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nosas opinião. O actor de suficiente para fundamentar nosas opinião o actor de suficiente para fundamentar nosas opinião. O actor de suficiente para fundamentar nosas opinião o actor de suficiente para fundamentar nosas opinião. O actor de suficiente para fundamentar nosas opinião o actor de suficiente para fundamentar nosas opinião o actor de suficiente para fundamentar nosas opinião o actor de suficiente para fundament conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. 🕨 Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar-mos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. ▶ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. 🕨 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planeiado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis da Administração declaração de ter cumprido com as exigências éticas relevantes, em especial os aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

eriam aretar consideraveimente nossa independencia, incluindo, quando aplicavei, as respec Rio de Janeiro (RJ), 19 de junho de 2017. Binah Auditores Independentes - Membro da Leading Edge Alliance - CRC RJ 005.414/O-0; Fiore Capece - CNAI nº 353 - Sócio - Responsável Técnico - Contador CRC SP 053160/0-0-T-RJ Maria da Conceição de Andrade Leite - Sócia - CNAI 4.251 - Contador CRC RJ 101.915/0-1

ld: 2054992

ECONIT ENGENHARIA AMBIENTAL S/A CNPJ N° 13.091.720/0001-51 - NIRE 3330029654-9

Assembleia Geral Ordinária - 1) Local. Dia e Hora: Sede da Companhia, na Rodovia Amaral Peixoto nº 4.500 (parte), Baldeador, Niterói RJ, CEP: 24.140-005, no dia 28 de abril de 2017, às 10 horas. 2) Convocação e Presença: Dispensada a convocação, na forma do §4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. 3) Mesa: Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron e Secretário: Hudson Bonno. 4) Ordem do Dia: a) Rerratificar as deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30/04/2012, 30/04/2013, 30/04/2014, 30/04/2015 e 29/04/2016, bem como ratificar distribuições de dividendos já realizadas; b) Revogar as deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20/09/2016 e 29/09/2016; c) Tomar as

contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016: d) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo (2016) e a distribuição de dividendos; e) Reeleger os membros do Conselho de Administração. 5) Deliberações: À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Rerratificar as deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 30/04/2012, 30/04/2013, 30/04/2014, 30/04/2015 e 29/04/2016, da seguinte forma: a.1) AGO 30/04/2012 (exercício 2011): - O resultado da Companhia foi negativo, apurando-se um prejuízo no exercício de 2011, de R\$ 4.731.303,07 (quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e três reais e sete centavos). Portanto, não há que se falar em distribuição de dividendos. a.2) AGO 30/04/2013 (exercício 2012): - O resultado da Companhia foi positivo, tendo havido lucro no exercício de 2012, no valor de R\$ 3.368.885,88 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). - Em razão do preiuízo advindo do exercício 2011. e compensando-se com o resultado obtido no exercício 2012, resta ainda um saldo negativo (prejuízo) no valor de R\$ 1.531.116,97 (um milhão, quinhentos e trinta e num mil, cento e dezesseis reais e noventa e sete centavos). - Foi constituída reserva legal indevidamente no valor de R\$ 168.699,78 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos), neste ato cancelada a.3) AGO 30/04/2014 (exercício 2013):- O resultado da Companhia foi positivo, tendo havido lucro no exercício de 2013, no valor de R\$ 3.860.152.26 (três milhões, oitocentos e sessenta mil. cento e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos). - Em razão do saldo negativo ainda existente do exercício 2012, e compensando-se com o